



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista - Área Pericial
Especialidade Antropologia

Caderno de Prova, Cargo 27, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os mitólogos costumam chamar de imagens de mundo certas estruturas simbólicas pelas quais, em todas as épocas, as diferentes sociedades humanas fundamentaram, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência do existir. Ao longo da história, essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelos grandes sistemas religiosos. No Ocidente, contudo, desde os últimos três séculos uma outra prática de pensamento veio se acrescentar a estes modos tradicionais na função de elaborar as bases de nossas experiências concretas de vida: a ciência. Com efeito, a partir da revolução científica do Renascimento as ciências naturais passaram a contribuir de modo cada vez mais decisivo para a formulação das categorias que a cultura ocidental empregará para compreender a realidade e agir sobre ela.

- Mas os saberes científicos têm uma característica inescapável: os enunciados que produzem são necessariamente provisórios, estão sempre sujeitos à superação e à renovação. Outros exercícios do espírito humano, como a cogitação filosófica, a inspiração poética ou a exaltação mística poderão talvez aspirar a pronunciar verdades últimas; as ciências só podem pretender formular verdades transitórias, sempre inacabadas. Ernesto Sábató assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco. Não há exemplo melhor deste tipo de superstição que o estatuto da noção de raça no nazismo.

(Luiz Alberto Oliveira. "Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191)

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) fornece uma descrição objetiva do modo como, ao longo da história, germinam e se desenvolvem as *imagens do mundo*, expressão emprestada aos mitólogos.
 - (B) ratifica a idéia, construída ao longo da trajetória humana, de que o pensamento científico é a via mais eficaz para o conhecimento da realidade.
 - (C) atribui a idiosincrasias culturais as distintas representações daquilo que legitimaria as práticas humanas.
 - (D) defende que as sociedades humanas, apoiadas na religião ou em mitos variados, constroem imagens para autenticar a experiência individual perante a coletiva.
 - (E) expressa sua compreensão de que, fora do âmbito racional, não há base sólida que fundamente a vida dos seres humanos.

2. Ainda sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar :
- (A) O emprego da conjunção *contudo* (linha 8) evidencia que o autor considera os modos tradicionais de conceber o mundo incompatíveis com a ciência, que os substitui.
 - (B) Contém, implicitamente, a idéia de que a capacidade cognitiva é conquista do mundo ocidental, principalmente nos últimos trezentos anos.
 - (C) O emprego da expressão *Com efeito* (linhas 11 e 12) colabora para a consolidação da idéia de que a observação dos fenômenos naturais foi conquista do Renascimento.
 - (D) Sustenta a idéia de que, a partir do Renascimento, as ciências desenvolveram normas práticas para a conduta humana, com respeito a valores na esfera individual ou coletiva.
 - (E) A forma verbal *empregará* (linha 15) evidencia que o autor dá como fato consumado o prestígio da ciência, do Renascimento em diante, na constituição do modo ocidental de pensar e agir.

3. No parágrafo 2,
- (A) a conjunção *Mas* (linha 17) foi empregada não para eliminar o que foi dito anteriormente, e, sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise.
 - (B) constrói-se uma relativização das conquistas da ciência, sustentada na crítica de que ela se vale de procedimentos pouco objetivos na busca da verdade.
 - (C) constata-se o caráter incontrolável das experiências científicas, implicitamente atribuído às condições de descontinuidade em que se realizam.
 - (D) a expressão *necessariamente provisórios* (linhas 18 e 19) compõe uma advertência, dirigida a filósofos, poetas e místicos, que desconsideraram a objetividade na produção do saber.
 - (E) incentiva-se a luta do ser para a constante superação de suas fragilidades pessoais, advindas de sua humana condição e permanente sujeição ao erro.

4. É correto afirmar:
- (A) Infere-se do texto que os distintos discursos – religioso, filosófico, artístico, científico –, quando formalizam, cada um a seu modo, os dogmas da humanidade, na verdade estão conscientemente burlando o espírito que orienta cada específica prática.
 - (B) O texto demonstra que superstições surgem nos mais diversos campos do conhecimento, e são elas que, através do tempo, configuram o estatuto do humano.
 - (C) O texto esclarece que é uma pretensão imprópria aspirar a conquistas que, duradouras, podem acabar por se constituir em meros passos de um trajeto insuperável.
 - (D) Seria coerente com as idéias expressas no texto o seguinte comentário, suscitado pelo exemplo dado: "O nazismo, por mais assustador que seja o fato, não foi isento de racionalidade".
 - (E) No texto exprime-se o entendimento de que é comum a várias práticas de pensamento, excluindo-se o mítico, defender que o espírito humano é capaz de atingir o saber pleno.

<p>5. É correto afirmar que</p> <p>(A) a conjunção <i>quer</i>, repetida (linhas 6 e 7), estabelece uma comparação entre os termos aproximados, indicando a superioridade de um sobre o outro.</p> <p>(B) a forma verbal <i>têm</i> (linha 17) está em conformidade com as normas gramaticais, assim como a forma verbal destacada em “Embora eles não lhe <u>dê</u>m razão, ela sabe que está certa”.</p> <p>(C) o emprego do sinal gráfico indicativo da crase está correto em <i>sujeitos à superação</i> (linha 19), assim como está em “Chegaram à propor um acordo, mas não foram ouvidos”.</p> <p>(D) a transposição da frase <i>essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas (...) quer pelos grandes sistemas religiosos</i> (linhas 5 a 7) para a voz ativa gera a forma verbal “costumam gerar”.</p> <p>(E) o emprego de <i>melhor</i>, em <i>Não há exemplo melhor</i> (linha 30), está em conformidade com as normas gramaticais, assim como o do segmento assinalado em “Foram os exemplos <u>mais bem escolhidos</u>”.</p>	<p>Atenção: As questões de números 7 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.</p> <p>1. Os vadios eram um grupo infrator caracterizado, antes de mais nada, por sua forma de vida. Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática, que os tornava suspeitos ante a parte bem organizada da sociedade. Por não terem laços – a família, domicílio certo, vínculo empregatício –, constituíam um grupo fluido e indistinto, difícil de controlar e até mesmo de enquadrar. Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos, quando, como disse o jesuíta Antonil, os arraiais</p> <p>5. foram “móveis como os filhos de Israel no deserto”, a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia: uma carta régia dirigida em 22 de julho ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, e incisiva</p> <p>10. na condenação da itinerância de vadios e da forma peculiar de vida que escolhiam. Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam</p> <p>15. passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não</p> <p>20. procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</p> <p>(Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”, In Tempo e história, org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 358-359)</p>
<p>6. Ernesto Sábato assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco.</p> <p>O adequado entendimento daquilo que assinala Ernesto Sábato está expresso, de forma clara e correta, em:</p> <p>(A) É perfeito o entendimento de dogma como verdade acabada, mas tem um desvio quando a ciência prova que o enunciado está ultrapassado, anulando o dogma equivocadamente, o que ocorreu em todas as vezes.</p> <p>(B) Sempre que se tentou eternizar uma formulação científica, a ciência, ela mesma, desautorizou a pretensão, quando, por seus próprios instrumentos, desvelou a imperfeição daquele saber.</p> <p>(C) Verdades finais e acabadas, verdadeiros dogmas, sempre existiram, mas, sendo do universo científico, a própria ciência se incumbiu de dar continuidade, tornando obsoleto o método.</p> <p>(D) Muitas vezes houve tentativa de construir dogmas, mas se revelou impossível, porque a ciência, desenvolvendo, provou mais para frente que o enunciado científico não tinha fundamento real.</p> <p>(E) É freqüente ver o que a continuidade faz, pois a ciência, responsável pelo método, mostra o erro dos dogmas que, antes precisos, acabam invariavelmente provocando equívocos, como universalmente demonstrado.</p>	<p>7. No texto, o autor</p> <p>(A) põe em foco um determinado estrato social, particularizando uma tentativa de disciplinamento oficial.</p> <p>(B) desenvolve considerações minuciosas a respeito do tema central de seu discurso: a carta de Luís Diogo Lobo da Silva.</p> <p>(C) narra um específico episódio ocorrido em Minas, tomado como exemplo do que se pode esperar da ação de grupo de infratores.</p> <p>(D) lança hipóteses sobre as causas de um determinado comportamento social, depois de caracterizá-lo a partir da teoria de pesquisadores, religiosos ou não.</p> <p>(E) toma os dados de pesquisa histórica como apoio para expressar e justificar o seu próprio juízo de valor acerca de infratores.</p>

8. Considere as afirmações que seguem sobre a organização do texto.

- I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de testemunho autorizado.
- II. A fala do jesuíta constitui argumento para a consolidação da idéia de que *a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada*.
- III. A data de 1766 foi citada como comprovação explícita de que o rei era realmente signatário da carta.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

9. Observado o contexto, está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:

- (A) *nada fazerem de forma sistemática* – nada produzirem de modo tecnicamente plausível.
- (B) *um grupo fluido e indistinto* – um conglomerado espontâneo e informal.
- (C) *difícil de controlar e até mesmo de enquadrar* – não passível de organizar e mesmo dominar.
- (D) *Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos* – esgotadas as primeiras jazidas de ouro.
- (E) *forma peculiar de vida que escolhiam* – singular maneira que se concediam de estar no mundo.

10. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia.

Considerado o contexto, uma outra redação para o segmento destacado acima, que está correta e que não prejudica o sentido original, é:

- (A) cuja existência se conhece.
- (B) da qual a notícia foi dada.
- (C) que a notícia foi veiculada.
- (D) na qual se tem o registro.
- (E) de que a notícia chegou até nós.

11. Observadas as 8 linhas iniciais do texto, é correto afirmar:

- (A) A expressão *por sua forma de vida* constitui uma explicação.
- (B) No segmento *Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática*, a conjunção *ou* introduz uma retificação do que se afirmou anteriormente.
- (C) Em *que os tornava suspeitos*, o deslocamento do pronome destacado para depois do verbo atenderia ao que a gramática aconselha como preferência.
- (D) A preposição *ante* equivale a “versus”.
- (E) Como em *fluido*, a grafia do particípio do verbo “imbuir” não admite o acento, estando, portanto, correta a forma “imbuído”.

12. Considerando as linhas 8 a 16, é correto afirmar:

- (A) Em *como disse o jesuíta*, *como* equivale a “mediante”.
- (B) Em *“móveis como os filhos de Israel no deserto”*, as aspas indicam que a frase deve ser entendida em sentido figurado.
- (C) O emprego da palavra *arraiais* contribui para a produção do sentido de “morada provisional” tratado no fragmento.
- (D) No segmento *a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada*, a expressão *passou a ser* é a que exprime a idéia de progressão.
- (E) Os dois-pontos introduzem uma citação.

13. *Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinqüenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc.*

Observado o contexto, é correto afirmar que, no fragmento acima,

- (A) a expressão *sociedade civil* equivale a “conjunto de todos os membros que constituem o tecido social, unidos em torno de idéias, pactos e acordos, sem hegemonia nem exclusão de nenhum grupo”.
- (B) a voz do autor mistura-se à voz do remetente da carta, como o comprova o emprego, respectivamente, das formas verbais *podia* e *vivem*.
- (C) a expressão *ou seja* introduz uma explicação, obrigatória para a compreensão do documento, visto que *domicílios volantes* constitui uma incompatibilidade em termos, sem possibilidade de conciliação.
- (D) o emprego da expressão *de praxe* evidencia que, na carta, buscava-se neutralizar qualquer tom que pudesse ser entendido como intimidação.
- (E) a oração *deveriam passar a viver em povoações* expressa uma suposição.

14. *Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.*

Sobre o que se tem no período acima transcrito, é correto afirmar:

- (A) A expressão *uma vez* comunica a mesma idéia que o segmento destacado exprime em “Uma vez que ele se curou, não precisa mais de cuidados médicos”.
- (B) O termo destacado em *os que assim não procedessem* refere-se à ação de optar por ser estabelecido.
- (C) A gramática prescreve que o vocábulo *adjacentes* seja assim separado em sílabas: “a - dja - cen - tes”.
- (D) Há um subentendido no fragmento: no século XVIII, os *vadios* recebiam tratamento diferenciado em relação a outros grupos considerados infratores.
- (E) Em *tratados como salteadores*, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que se nota em “Como cheira bem a sua caldeirada!”.

<p>15. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem.</i></p> <p>Uma outra redação para o segmento destacado acima, que, clara e correta, não prejudica o sentido original é:</p> <p>(A) sendo-lhes divididas as terras pertencentes ao povoado, poderiam cultivá-las.</p> <p>(B) com o objetivo de que tornassem produtivas, receberiam, entre eles, as terras próximo à vila.</p> <p>(C) eles seriam aquinhoados com áreas contíguas à vila, a fim de que as lavrassem.</p> <p>(D) compartilhariam entre si glebas em anexo ao povoado, de modo que beneficiassem.</p> <p>(E) salvo se lavrassem, receberiam por distribuição áreas incorporadas ao povoado.</p>	<p>18. A frase em que a forma destacada está apropriada às normas gramaticais é:</p> <p>(A) Congregou-<u>os</u> o mesmo sincero desejo de fazer algo relevante pela comunidade.</p> <p>(B) Quem disse que ele <u>constroe</u> toda essa argumentação sem apoio de advogados?</p> <p>(C) Isso não é pertinente <u>com</u> os fins a que você visa com seu projeto.</p> <p>(D) Eles enganam-se a si próprios, persuadidos <u>que</u> tudo está sendo feito em busca da paz.</p> <p>(E) Espero que ele <u>medie</u> a reunião com a isenção de espírito de que todos necessitamos.</p>
<p>16. A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto é:</p> <p>(A) Vossa Senhoria, senhor Ministro, poderéis me receber amanhã em audiência, para que lhe entregue pessoalmente meu projeto?</p> <p>(B) Ele é ambidestro, sabe até desenhar com ambas mãos, mas jamais quiz colocar sua habilidade em evidência.</p> <p>(C) Queria sair com nós três, não sei bem por quê; talvez haja assuntos sobre os quais ela queira nos colocar a par.</p> <p>(D) Essas pinturas são consideradas as maiores obras-de-artes do período, mas nada tem haver com a temática que você quer estudar.</p> <p>(E) Ela vivia dizendo “Eu mesmo desenho meu futuro”, mas essa era uma forma dela ocultar sua relação mau resolvida com os pais.</p>	<p>19. A frase que está corretamente redigida é:</p> <p>(A) Naquele ambiente taciturno, é como se, a cada passo, descobrimos uma possibilidade longínqua de sair ilesos.</p> <p>(B) Acompanhei os noticiários, e, pelo o que está se vendo, muitos não chegarão onde desejam no horário previsto.</p> <p>(C) Aquele era o hotel onde costumava freqüentar durante o período que não conhecia problemas financeiros.</p> <p>(D) Os detalhes eram tão minuciosamente apresentados, que o leitor chega ter acesso até a informação de qual das mãos segurava a taça de champanhe.</p> <p>(E) A maneira como os bilhetes foram escritos não deixará dúvidas acerca do que deve ser feito, sob a responsabilidade seja de quem for.</p>
<p>17. A frase que está pontuada de acordo com os preceitos da gramática é:</p> <p>(A) Mas é preciso ver nos textos, como o autor apresenta a relação de conciliação essencial entre a consciência cristã; e as práticas de eficácia temporal.</p> <p>(B) Pois bem: se ele não os induziu a responderem, o que desejava que fosse respondido; o que é que ele fez?</p> <p>(C) Basta então, que se conheçam as normas de organização social do período para que sejam compreendidas, em suas minúcias os atritos delas decorrentes.</p> <p>(D) As histórias relatadas nos seus romances iniciais – que se distinguem, sensivelmente, dos relatos mais recentes – são, na sua maioria, fruto da influência da cultura irlandesa.</p> <p>(E) A ação deles é, portanto, embora pouco divulgada, digna de reconhecimento, dos que os apoiaram nas mais diversas, circunstâncias.</p>	<p>20. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:</p> <p>(A) Acredito que as orientações dele, porque parecem pouco claro, não terão de serem seguidas antes de um esclarecimento maior.</p> <p>(B) Considerou digna de ser encaminhada a julgamento dos avaliadores a última versão do projeto-piloto, pois, se podem existir fragilidades, elas certamente hão de ser mínimas.</p> <p>(C) Elas se consideraram responsável pelo erro e julgaram legítimo as cobranças que lhe serão feitas de agora em diante.</p> <p>(D) Dado as contingências do momento, os diretores houveram por bem atender aos prazos, e prometeram reavaliar, tanto quanto fossem, as demais exigências do contrato.</p> <p>(E) Devem fazer mais de três meses que não os vejo; tantos dias de afastamento poderia ser entendido como descaso, mas quero dizer que lhes dedico muito afeto.</p>

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 25 considere as informações abaixo.

OBJETIVO:

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto irá adquirir equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinir seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:

(Antes de responder às questões, analise cuidadosamente os requisitos a seguir, considerando que estas especificações podem ser adequadas ou não).

§1º – Cadastros recebidos por intermédio de anexos de mensagens eletrônicas deverão ser gravados em arquivos locais e identificados por ordem de assunto, data de recebimento e emitente, para facilitar sua localização nos computadores.

§2º – Todos os documentos eletrônicos oficiais deverão ser identificados com o timbre federal do Ministério que será capturado de um documento em papel e convertido para imagem digital.

§3º – A intranet será usada para acesso de toda a sociedade aos dados ministeriais e às pesquisas por palavra-chave, bem como os diálogos eletrônicos serão feitos por ferramentas de chat.

§4º – Os documentos elaborados (digitados) no computador (textos) não podem conter erros de sintaxe ou ortográficos.

§5º – Todas as planilhas eletrônicas produzidas deverão ter as colunas de valores totalizadas de duas formas: total da coluna (somatório) e total acumulado linha a linha, quando o último valor acumulado deverá corresponder ao somatório da coluna que acumular. Exemplo:

.....	A	B
1	do mês	acumulado
2	3	3
3	18	21
4	4	25
5	2	27
6	27	

21. Considere os seguintes dispositivos:

- I. impressora multifuncional;
- II. pen drive;
- III. scanner;
- IV. impressora a laser.

Em relação à captura referenciada nos requisitos especificados no §2º, é INCORRETO o uso do que consta SOMENTE em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

22. Para atender aos requisitos especificados no §1º é preciso saber usar ferramentas de

- (A) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Pastas.
- (B) chat e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Arquivos.
- (C) browser e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas, mas não Arquivos dentro de Pastas.
- (D) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Arquivos e Arquivos dentro de Pastas.
- (E) busca e que é possível organizar Arquivos dentro de Pastas, mas não Pastas dentro de Pastas.

23. Considere os Quadros 1 e 2 abaixo e os requisitos especificados no §3º.

Quadro 1	
I	II
adequado	inadequado

Quadro 2		
a	b	c
intranet	pesquisa por palavra chave	chat

Quanto ao uso das especificações dos requisitos, a relação apresentada nos quadros é correta entre

- (A) I-a – I-b – II-c.
- (B) I-a – II-b – I-c.
- (C) II-a – I-b – II-c.
- (D) II-a – II-b – II-c.
- (E) II-a – II-b – I-c.

24. Considere os dados da planilha eletrônica exemplificada no §5º. Está correta a fórmula inserida em B3 e pronta para ser propagada para B4 e B5 se for igual a

- (A) =B3+A2.
- (B) =B\$2+A3.
- (C) =B2+A3.
- (D) =B2+A2.
- (E) =B2+A\$3.

25. Considerando o ambiente Microsoft, o requisito especificado no §4º quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo na tarefa de verificação e correção, ele deve

- (A) usar a configuração de página do editor de textos.
- (B) acionar uma função específica do editor de textos.
- (C) usar a ferramenta de edição do organizador de arquivos.
- (D) usar a correção ortográfica do organizador de arquivos.
- (E) acionar a formatação de página do editor de textos.

<p>26. O Procurador da República que ingressou no Ministério Público Federal no ano de 2002 poderá</p> <p>(A) exercer cargo ou função de direção nas entidades de ensino público.</p> <p>(B) receber custas processuais nas ações civis públicas.</p> <p>(C) exercer cumulativamente o cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(D) participar de conselhos, comissões ou organismos estatais.</p> <p>(E) participar de sociedade comercial como quotista ou acionista.</p>	<p>29. De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito pressupõe, necessariamente, a comprovação de efetivo dano econômico ao erário público.</p> <p>(B) o agente público que dolosamente auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo responde de forma objetiva por ato de improbidade administrativa.</p>
<p>27. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, e com relação aos órgãos do Ministério Público Federal, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade do Ministério Público Federal.</p> <p>II. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os Subprocuradores-Gerais da República integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>III. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, órgão de execução do Ministério Público Federal, será presidido pelo Subprocurador-Geral da República mais antigo.</p> <p>IV. Os Subprocuradores-Gerais da República atuarão junto ao Supremo Tribunal Federal por delegação do Procurador-Geral da República.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>(C) é irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas para a caracterização do ato de improbidade administrativa.</p> <p>(D) o funcionário público que, conduzindo veículo oficial, em atividade oficial, por imprudência, acabe gerando uma colisão com um particular, responde por ato de improbidade lesivo ao patrimônio público.</p> <p>(E) há a necessidade da ocorrência de qualquer vantagem por parte do agente que dolosamente gerar prejuízo concreto ao erário público.</p> <p>30. Quanto à posse e ao exercício do cargo do servidor público civil da União, é correto que:</p> <p>(A) Ao tomar posse, em cargo de provimento efetivo ou em comissão, ficará sujeito a estágio probatório pelo prazo de 12 (doze) meses, computando-se eventual período de afastamento por motivo de doença.</p> <p>(B) Empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação.</p>
<p>28. Segundo o disposto na Lei nº 9.784/99, a decisão administrativa ilegal poderá ser impugnada por meio de recurso que</p> <p>(A) deverá ser interposto, salvo disposição legal em contrário, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.</p> <p>(B) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.</p> <p>(C) deverá ser decidido no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.</p> <p>(D) terá, como regra, efeito suspensivo e dependerá de caução em dinheiro.</p> <p>(E) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.</p>	<p>(C) A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do ato que o julgou apto física e mentalmente para o exercício do cargo.</p> <p>(D) O prazo para entrar em exercício é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da posse, no caso de função de confiança.</p> <p>(E) O servidor que deva ter exercício em outro Município, em razão de ter sido removido terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O “dar, receber e retribuir” descrito e analisado por Marcel Mauss no *Ensaio sobre a Dádiva* e apreendido pelo modelo estruturalista de Lévi-Strauss como “Lei de Reciprocidade” em *Estruturas Elementares do Parentesco* é algo

(A) inexistente nas diversas culturas regionais brasileiras.

(B) que existe somente na economia do “Kula” descrita e analisada por Malinowski.

(C) que normatiza as culturas indígenas e de origem africana.

(D) verificado nas mais diversas culturas humanas do mundo.

(E) verificado apenas nas relações de parentesco de etnias indígenas.

32. A pesquisa etnográfica realizada, em Bofete, por Antônio Cândido em “Os Parceiros do Rio Bonito” (1971), permitiu a reconstrução histórica da vida caipira para compreender a vida do agrupamento de parceiros e a transformação da cultura caipira em geral. O tipo de orientação recomendado por Antônio Cândido é uma análise

(A) objetiva e imparcial como a feita, por exemplo, por Emilio Willems e Donald Pierson.

(B) que combina a descrição detalhada de um universo particular com as generalizações exigidas pela análise sociológica.

(C) preocupada com a descrição detalhada de um universo particular e a aculturação caipira.

(D) que combina a descrição da economia do caipira paulista com os problemas de aculturação.

(E) objetiva e imparcial de uma comunidade rural, independente de uma análise sociológica.

33. *A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, com um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genésicamente à matriz portuguesa cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizaram plenamente.* (Ribeiro, Darcy. *O Povo Brasileiro – A Formação e o Sentido do Brasil*. Ed. Cia. das Letras. SP, 1995: 20)

De acordo com Darcy Ribeiro, pode-se dizer que o Brasil atual apresenta

(A) minorias raciais, culturais ou regionais antagônicas, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação.

(B) variações das culturas européias da imigração que predominantemente impuseram seu modo de ser, pensar e agir às populações de origem africana e indígena.

(C) microetnias tribais que sobreviveram como ilhas, cercadas pela população brasileira, mas que podem afetar de modo predominante a macroetnia.

(D) uma uniformidade étnica básica que é resultado de características ecológicas, econômicas e migratórias históricas formadas no período colonial.

(E) uma singularidade em relação aos portugueses que decorre das qualidades diferenciadoras oriundas de suas matrizes indígenas e africanas e da proporção particular em que elas se congregaram no Brasil.

34. A “etnicidade” tem origem nos conceitos de grupos étnicos e de identidade étnica e, de acordo com Fredrik Barth, ela é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Esta é uma definição mínima suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade, qual seja, o estudo

(A) de processos variáveis e nunca terminados pelos quais os indígenas do Nordeste e os quilombolas são percebidos em suas ações políticas com as autoridades do governo federal e imigrantes que vieram para o Brasil.

(B) que busca respostas *a priori* para a gênese e persistência dos grupos étnicos que já definiram primordialmente seus traços culturais distintivos que marcam sua origem, uma vez que sua identidade étnica independe das relações raciais.

(C) de processos variáveis e terminados pelos quais os atores identificam e são identificados pelos outros na base de dicotomizações, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõem derivados de uma origem distinta.

(D) que privilegia os aspectos cognitivos das relações entre Nós/Eles, já que o problema da etnicidade não está no nível das relações políticas e da guerra, mas no modo como cada um entende sua origem étnica.

(E) de processos variáveis e nunca terminados, onde está a identificação de indivíduos com aqueles que são somente seus iguais, a exclusão do outro na fronteira entre Nós/Eles e a fixação de símbolos identitários que são comuns a todos.

35. É contraditório dizer, de acordo com os conhecimentos antropológicos atuais, que as populações tradicionais aderem à tradição. Outra contradição seria dizer que elas têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, o que se tornaria mera tautologia. E se as definirmos como populações que estão fora da esfera de mercado, será então difícil de encontrá-las hoje em dia. Assim, textos jurídicos e antropológicos descrevem, em geral, categorias conceituais (científicas), como, por exemplo, populações tradicionais, pelos elementos que as constituem. Mas estas e outras categorias têm aquilo que se pode chamar de “extensão social” das categorias, o que significa dizer que categorias conceituais são

(A) criações e apropriações de sujeitos que lançam mão de novas práticas que devem ser compreendidas pelos antropólogos.

(B) elaborações que saem do senso crítico e que são utilizadas, mais tarde, pelo senso comum e, passado mais algum tempo, retornam ao senso crítico.

(C) produtos de modelos teóricos em lingüística e reflexões antropológicas baseadas em pesquisas etnográficas.

(D) produtos de debates entre teóricos da etnologia sul-americana sobre questões ligadas ao ponto de vista nativo em contradição com as teorias.

(E) os resultados de um debate entre a antropologia filosófica e a etnologia que busca refletir sobre as categorias étnicas.

36. É fato cientificamente comprovado pela Antropologia que a biodiversidade no Brasil não é somente um fenômeno natural, mas também cultural, isto é, resultado da ação humana. Diante desta constatação, considere as seguintes afirmações:

- I. As sociedades indígenas brasileiras conhecem e trabalham o meio natural, conservando-o não porque são “homens em estado de natureza” (o bom selvagem de Rousseau), mas por que, entre outras razões, têm uma perspectiva de exploração limitada dos recursos naturais.
- II. Os seringueiros do Alto Juruá já realizavam o extrativismo no Amazonas, conheciam e trabalhavam outras espécies naturais além da seringueira, porém, atualmente, estão preocupados com lucros e contribuem com a degradação do ecossistema.
- III. Os quilombolas conhecem e trabalham os ambientes em que habitam, pois como os índios e os seringueiros, manejam recursos naturais para sua sobrevivência física e cultural.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

Instruções: Para responder as questões de números 37 e 38, utilize o texto a seguir.

O governo brasileiro estabeleceu como meta reestruturar e criar eixos nacionais de transporte e desenvolvimento. O objetivo principal desta ação é incentivar a produção nacional e integrar fronteiras do desenvolvimento. Rodovias, hidrovias e ferrovias abrirão caminho para a indústria, a agropecuária e o comércio, que chegarão a lugares distantes. Esses eixos formarão corredores de transporte e produção, ligando a Amazônia brasileira aos mercados do Peru, Bolívia, Venezuela, Guiana e Guiana Francesa e encurtando assim, o caminho das exportações para os mercados americano e europeu; além disso, possibilitarão a comunicação com o oceano Pacífico.

(Brito, Marky. *Eixos amazônicos de integração e desenvolvimento: obras e empreendimentos*, In: Capobianco, João Paulo R. (et. al.) (orgs.), *Biodiversidade na Amazônia brasileira, Estação Liberdade*. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2001)

37. Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável destas obras e empreendimentos que se propõem ao desenvolvimento e à integração da nação brasileira, é correto afirmar que:

- (A) o desenvolvimento econômico por meio da implantação e modernização dos transportes não afeta as populações regionais e indígenas que habitam regiões de fronteira no Amazonas.
- (B) a integração da Amazônia com outros países da América Latina é extremamente benéfica para o agronegócio e a exportação de excedentes agrícolas das populações regionais e indígenas.
- (C) a hidrovia reduz os custos de transporte na região amazônica e não apresenta aspectos deletérios ao meio ambiente.
- (D) a ferrovia, na fase de operação, causa impactos ambientais que podem se igualar ou até superar os da operação hidroviária e rodoviária na região amazônica.
- (E) a rodovia tem os menores custos para o escoamento da produção agrícola da região amazônica e menores impactos na sua operação.

38. Os corredores multi-modais de transporte (rodovia, hidrovias e ferrovia) na região amazônica podem representar, em suas fases de construção e operação,

- (A) o desenvolvimento e a integração natural das populações regionais e indígenas ao Brasil.
- (B) impactos ambientais bem reduzidos sobre as populações humanas, se comparados à abertura da rodovia Transamazônica.
- (C) sérios riscos à saúde e a maneira de viver das populações indígenas da região amazônica.
- (D) o etnodesenvolvimento das populações indígenas que habitam próximas ao corredor multi-modal de transporte.
- (E) melhorias significativas no saneamento básico da região amazônica.

39. Sabe-se que a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que índios são sujeitos e não apenas vítimas é algo eventualmente novo para nós. Deste modo, deve-se perceber, por parte dos índios, a “gênese do homem branco” e a “iniciativa do contato” como produtos de sua própria ação e vontade. Nesta perspectiva antropológica devem perceber as sociedades indígenas como compostas por

- (A) sujeitos que se consideram vítimas de uma fatalidade e não agentes de seu destino.
- (B) cidadãos carentes de direitos políticos que devem ser sempre tutelados pelo Estado, pois só têm consciência de seus direitos costumeiros.
- (C) sujeitos que têm um pensamento mítico que transforma sempre fatos históricos em realidades fantásticas.
- (D) cidadãos que têm uma ação política sempre originada dos conflitos com os não-índios e o Estado.
- (E) sujeitos que têm um pensamento mítico a respeito das desigualdades tecnológicas entre índios e não-índios.

40. *Em pelo menos seis estados brasileiros, os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) registram candidaturas indígenas que vão disputar vagas nas assembleias estaduais ou no Congresso Nacional nas próximas eleições (...) A relação entre candidatos e legendas que os conduzem pode estar passando por viés diferente daquele componente ideológico ou de sintonia com propostas do partido. São muitas vezes arranjos políticos que futuramente podem comprometer uma ação mais coerente por parte dos eleitos.*

(Candidaturas indígenas: rumos e esperanças. Porantim, Brasília, nº 248, set. 2002, p:7)

De acordo com as informações acima, pode-se entender a participação dos índios, atualmente, nas instituições políticas brasileiras como

- (A) uma estratégia de participação política indígena nos níveis municipal, estadual e federal.
- (B) único processo possível para a garantia da posse dos territórios indígenas.
- (C) processo mais importante e necessário de integração à sociedade nacional.
- (D) sério risco à vida política da aldeia que ficaria esvaziada de relações de poder.
- (E) algo muito arriscado, já que os índios desconhecem as artimanhas do poder.

41. Por volta de 1930, no Brasil, havia poucas monografias que mostrassem um retrato satisfatório das respectivas culturas. Um número relativamente pequeno de estudiosos fizeram pesquisas de campo bastante intensivas; os trabalhos, em sua maioria, eram desconexos e fragmentários, pois eram baseados em observações feitas em rápidas excursões.

Nesta época, pode-se afirmar, em relação ao estado de conhecimento sobre as culturas indígenas brasileiras, que

- (A) Alfred Metraux estudou sobretudo os povos Tupi e especialmente a religião Tupinambá.
- (B) David Maybury-Lewis elaborou uma monografia sobre a Sociedade Xavante e comparou seu dualismo com outras sociedades Jê e Bororo.
- (C) Herbert Baldus analisou os Bororo e sua composição clânica, além das concepções de corpo e espaço destes índios.
- (D) Robert Lowie e Curt Nimuendaju fizeram pesquisas entre os Jê setentrionais e abriram caminho para outros trabalhos etnográficos.
- (E) Charles Wagley iniciou sua pesquisa de campo entre os Pataxó.

42. Pode-se perceber que as “grandes guerras” entre os índios, que ocorreram no processo de acomodação, foram responsáveis pelo desaparecimento de vários grupos, na região do Xingu: Arupati, Anumaniá, Maritsauá, Iarumá, Tonori e outras. Percebe-se que, as maiores causas de mortalidade dos índios da região, naquele período anterior à formação do Parque do Xingu, foram

- (A) o não reconhecimento, demarcação e a homologação daquilo que viria a ser o futuro Parque Indígena do Xingu.
- (B) as epidemias (malária, gripe, pneumonia, etc) que quase todos os anos grassavam na região.
- (C) o uso de bebidas alcoólicas e de outros tipos de drogas por jovens que saem do território indígena rumo às cidades.
- (D) os ataques, invasões e outras formas de violência utilizadas na invasão dos territórios indígenas.
- (E) a falta de uma direção central do parque e a pacificação de grupos indígenas mais arredios, como os Txukahamãe da região norte do Xingu.

43. Atualmente sabe-se da existência da retomada do crescimento demográfico das populações indígenas brasileiras. Entretanto, esta situação de evolução demográfica das populações indígenas está ameaçada, principalmente, pela

- (A) falta de vacinação periódica em territórios indígenas e baixa capacitação profissional dos agentes de saúde.
- (B) ausência de trabalhos em demografia que publiquem levantamentos epidemiológicos.
- (C) alta taxa de fertilidade indígena e pelo número ainda alto de óbitos por diabetes e hipertensão.
- (D) baixa taxa de fertilidade indígena decorrente de deslocamentos populacionais.
- (E) falta de um acompanhamento adequado, que envolve imunização, controle neo-natal e monitoramento de doenças.

44. Não se conhecem ainda as diversas dimensões da dinâmica demográfica – seja natalidade, mortalidade ou migração – dos povos indígenas no Brasil contemporâneo. A população indígena total no país, a depender da fonte, soma entre 380 e 735 mil pessoas, o que não ultrapassa 0,4% da população nacional. A dinâmica demográfica de uma dada população resulta da confluência de uma multiplicidade de fatores históricos, antropológicos, sociais e econômicos.

Assim, para se analisar dados populacionais indígenas, deve-se levar em consideração

- (A) os fatores quantitativos, como taxas de natalidade, mortalidade, morbi-mortalidade.
- (B) os dados epidemiológicos elaborados por médicos que assistem estas populações.
- (C) os fatores quantitativos e qualitativos que afetam a dinâmica demográfica.
- (D) as doenças de contágio e as crônicas, como diabetes, hipertensão e obesidade.
- (E) as taxas de natalidade e a mortalidade infantil, causada por infecções respiratórias agudas.

45. Compare as duas pirâmides populacionais que representam, respectivamente, a faixa etária dos Kaiabi do Xingu nos anos de 1970 e de 1999.

Figura 1 – Pirâmide etária dos Kaiabi do Xingu, 1970
Pirâmide 1

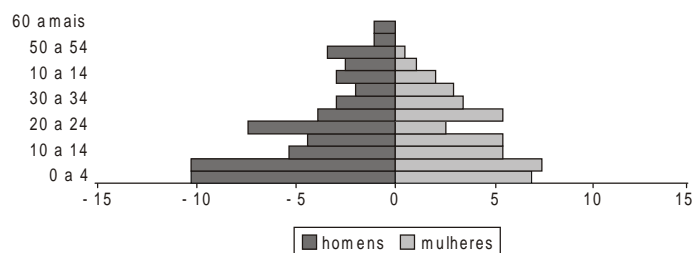


Figura 2 – Pirâmide etária dos Kaiabi do Xingu, 1999
Pirâmide 2



(Pagliaro, Heloisa. *A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas*, In: *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Abep, Fiocruz, RJ, 2005: 84)

O contorno destas pirâmides demonstra

- (A) uma transição de um regime demográfico, em que altos níveis de natalidade compensam a alta mortalidade.
- (B) uma diminuição do peso relativo da população de 0 – 14 anos, de 1970 para 1999.
- (C) uma transição de um regime demográfico em que baixos níveis de mortalidade compensam baixos níveis de natalidade.
- (D) um envelhecimento das estruturas etárias do povo Kaiabi, de 1970 para 1999.
- (E) uma transição de um regime demográfico típico das sociedades indígenas brasileiras deste período, que apresentam um envelhecimento.

<p>46. <i>Raízes do Brasil</i>, de Sérgio Buarque de Hollanda, <i>Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos</i>, de Gilberto Freyre e <i>Formação Econômica do Brasil</i>, de Celso Furtado são obras fundantes do pensamento sociológico e antropológico no Brasil, principalmente a respeito do contingente populacional negro, sua história, comportamentos e movimentações históricas, políticas, econômicas e culturais dentro da “gestação” de uma identidade nacional e cultural brasileira. A respeito de suas análises da questão do negro no país, pode-se dizer que</p> <p>(A) não chegaram a uma compreensão satisfatória da formação histórica dos quilombos.</p> <p>(B) não explicam o porquê da dificuldade da integração dos negros libertos à sociedade brasileira.</p> <p>(C) permanecem nos fatos historiográficos sem permitir uma imaginação sociológica sobre a atuação dos negros como minoria política no Brasil.</p> <p>(D) são obras que ajudam a compreensão do desenvolvimento histórico e sociocultural das populações negras do Brasil.</p> <p>(E) são reflexões que partem de estudos autobiográficos e não refletem uma pesquisa de campo sobre uma minoria silenciada historicamente.</p>	<p>48. Após quinhentos anos de “descobrimento”, a cosmovisão africana é ainda alvo da ação de um racismo cultural religioso que exercita sua <i>afroteofobia</i> e se retroalimenta de forma cíclica e recorrente e atravessa todos os períodos históricos do Brasil. As barbáries que advêm deste racismo cultural-religioso manifestam-se material e simbolicamente, o que ratifica de forma contínua preconceitos, estigmas e estereótipos, os quais interferem fundamentalmente no processo de auto-conceito e auto-estima dos afrodescendentes.</p> <p>Pode-se caracterizar este racismo cultural religioso, ainda bem presente no século XXI, como</p> <p>(A) guerrilha religiosa que é contra os negros e contra suas práticas de adoração a divindades africanas e não brasileiras.</p> <p>(B) crítica de teólogos ao modo como são realizados os rituais e as oferendas para as divindades das religiões afro-brasileiras.</p> <p>(C) exaltação de práticas rituais que exigem sacrifícios de animais em ambientes lúgubres.</p> <p>(D) críticas fundamentadas em religiões cristãs que têm adeptos entre a população negra, que não aceita princípios e práticas religiosas ancestrais.</p> <p>(E) satanização das religiões dos orixás, considerando essas divindades e seus fiéis como legítimos agentes do mal.</p>
<p>47. Já se passaram 107 anos desde a abolição formal da escravatura e durante todo este tempo as relações entre brancos e negros, apesar de serem apresentadas como harmoniosas pelo famoso mito da “democracia racial”, estão encobertas pelo racismo de fato, implícito e altamente eficaz em seus objetivos. Este racismo é caracterizado por um silêncio criminoso que, além da exclusão sistemática dos negros de vários setores da vida nacional, prejudica bastante o processo de formação da identidade coletiva, impedindo a conscientização e mobilização política de suas vítimas.</p> <p>Ao levarmos este fato em consideração, uma análise sobre a visão externa a respeito do quilombo poderia partir da</p> <p>(A) concepção de um “racismo cordial”, embora absolutamente ausente nas relações dos quilombolas com seus vizinhos já miscigenados.</p> <p>(B) possibilidade muito provável de racismo velado dos vizinhos de terras habitadas por uma população negra.</p> <p>(C) possibilidade remota dos regionais próximos a quilombolas serem preconceituosos.</p> <p>(D) percepção dos negros quilombolas como isolados da sociedade regional e sem quaisquer problemas de preconceito e racismo com seus vizinhos.</p> <p>(E) percepção dos negros quilombolas, como sendo, eles próprios, agentes de um racismo às avessas.</p>	<p>49. A anemia falciforme tem sua fisiopatologia explicada em mais de quarenta anos de produção científica. A cura desta doença não foi descoberta e continua a ser ignorada por planejadores e profissionais de saúde, pelos doentes e a população em geral. Segundo os movimentos negros, dentre as causas que levaram este conhecimento a ficar restrito a instituições internacionais de pesquisa sem uma atuação efetiva na definição de políticas públicas junto à população negra do Brasil, por exemplo, podemos mencionar</p> <p>(A) a falta de exame laboratorial em instituições públicas e privadas para a detecção neonatal da anemia falciforme especificamente em pessoas negras.</p> <p>(B) o racismo contra os negros por parte da grande maioria dos profissionais da saúde e a inexistência de ONGs na área de saúde preventiva que lidem com esta doença.</p> <p>(C) a falta de vontade política dos órgãos nacionais e internacionais de saúde, da difusão de informações, de material informativo e educativo e, da capacitação técnica que uma política governamental aliada a ONGs e instituições privadas para garantir o acesso universal ao diagnóstico neonatal da doença.</p> <p>(D) ausência de material informativo e técnico para a capacitação de profissionais e do desinteresse das ONGs e instituições para garantir o acesso universal ao diagnóstico neonatal da doença.</p> <p>(E) a falta de vontade política das associações internacionais e nacionais de medicina, que não possuem pessoas negras em seus quadros, seja no exterior ou no Brasil.</p>

Instruções: Para responder às questões de números 50 e 51, utilize os dados a seguir.

No estado do Pará, já foram demarcadas dezenove comunidades quilombolas, conforme podemos verificar na Tabela 1

Tabela 1 – Comunidades Quilombolas demarcadas no Estado do Pará				
Comunidade	Município	Área (há)	Ano da demarcação	nº de famílias
Boa Vista	Oriximiná	1.125,0341	1995	112
Pacoval	Alenquer	7.472,8780	1996	115
Água Fria	Oriximiná	557,1355	1996	15
Itamauari	Viseu	5.377,6020	1998	33
Trombetas*	Oriximiná	80.877,0941	1998	138
Erepecuru *	Oriximiná	57.584,8505	1998	160

Fonte: *Diários Oficiais da União e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/PA*

**Projetos de Assentamento Especial Quilombola que congregam várias comunidades e receberam um único título coletivo, de uma área comum para todas elas*

Na titulação das áreas de remanescentes de quilombos, foram emitidos “Títulos de Reconhecimento de Domínio”. Nesses documentos, que contêm normas condicionantes, há uma em que está expressa a preocupação de assegurar a preservação dos recursos naturais renováveis. Na Cláusula Segunda está descrito que *o imóvel destina-se às atividades extrativistas, agropecuárias e de preservação do meio ambiente de modo a garantirem a auto-sustentabilidade da comunidade remanescente beneficiária, objetivando a sua preservação em seus aspectos social, cultural e histórico*, segundo o disposto nos art. 215 e 216 da Constituição Federal (...).

(Benatti, J. Heder. *Formas de Acesso à Terra e a Preservação da Floresta Amazônica*, In: Capobianco, João Paulo (et. al.) (orgs.). *Biodiversidade na Amazônia, Estação liberdade*. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2001:295)

De acordo com a titulação, as populações tradicionais possuem um apossamento da terra muito peculiar, principalmente as comunidades de Trombetas e Erepecuru.

50. As características corretas do tipo de apossamento acima exposto são:

- (A) as de quilombolas que têm uma posse agroecológica e coletiva baseada no trabalho familiar e no agro-extrativismo.
- (B) as de posseiros que simplesmente exploram a terra e mantém a biodiversidade.
- (C) as de pessoas que se apossam da terra na forma de unidades familiares privadas e realizam o agro-extrativismo.
- (D) as áreas de uso comum não muito bem definidas pela comunidade quilombola que explora assistematicamente o ambiente.
- (E) um mesclado de uso comum e familiar, mas que não tem a “auto-sustentabilidade” como meta e sim o extrativismo.

51. A “titulação coletiva” de comunidades quilombolas, no Pará, é um instrumento jurídico importante para a preservação do aspecto social, cultural e histórico destas comunidades

- (A) porque estas demarcações permitem o isolamento relativo destas comunidades.
- (B) para que os quilombolas possam alterar o seu modo de vida ancestral.
- (C) para que esses grupos possam reproduzir-se física e culturalmente, segundo seus usos e costumes.
- (D) para que os quilombolas possam regularizar suas situações fundiárias de unidades familiares privadas.
- (E) para que esses grupos tenham uma visão diferenciada do agronegócio.

52. Em termos históricos, o conceito de *quilombo* brasileiro poderia ser melhor definido

- (A) como forma de contestação do universo do trabalho servil e a reação ao sistema escravista dos colonizadores.
- (B) como reduplicação do quilombo existente em Angola, que tinha finalidades de resgate da liberdade de povos negros.
- (C) como áreas receptoras de escravos fugitivos e promotoras de rebeliões, tal como a Revolta da Chibata.
- (D) pelo espaço físico relativamente grande e sua localização em área de Mata Atlântica.
- (E) como reação específica à servidão aos senhores de engenho do nordeste brasileiro e não aos proprietários de minas na região de Minas Gerais.

53. Há um espaço que vem sendo ocupado pelos laudos antropológicos no contexto do reconhecimento, particularmente nos casos de procedimentos administrativos que buscam a promoção e o reconhecimento dos “remanescentes das comunidades de quilombos”. Embora, sob a égide do reconhecimento, o universo administrativo-legal tende a reiterar a dominância de uma matriz explicativa construída por meio de conteúdos cristalizados, o que impede, sem dúvida, os vários ângulos de leitura da história dos quilombos e sua relação com a sociedade envolvente. Permanecem, então, estereótipos homogeneizadores que se perpetuam claramente em prejuízo daqueles que são beneficiários de um direito que veio a ser assegurado em processos culturais e sócio-históricos diversos.

Localize, entre as alternativas abaixo, o problema central existente na confecção de laudos antropológicos por parte de antropólogos e advogados no reconhecimento de “remanescentes das comunidades de quilombos”.

- (A) A falta de um registro da tradição oral dos habitantes de quilombos que possa reificar o conceito jurídico de “remanescentes de comunidades de quilombos”.
- (B) A falta de percepção por parte dos operadores do direito das especificidades sócio-históricas do tipo ideal de quilombo brasileiro.
- (C) Elaboração de uma linguagem jurídica pelos advogados que impedem o próprio reconhecimento dos negros como quilombolas.
- (D) Conceitos jurídicos cristalizados sob a ótica do Direito e por visões antropológicas que ficam distantes da realidade histórica e cultural quilombola.
- (E) Conteúdos cristalizados por juristas antigos sobre os negros que não reconhecem os aspectos científicos da perícia antropológica.

<p>54. A “autoridade etnográfica” é algo hoje muito questionado pelos etnógrafos e antropólogos, pois</p> <p>(A) a observação-participante é algo que jamais levou em consideração a percepção, por parte dos sujeitos pesquisados, do material etnografado, que deve sempre retornar ao olhar ou crivo do sujeito pesquisado.</p> <p>(B) apresenta a construção, por parte do pesquisador e do pesquisado, de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimentos, percepções e inferências dadas por meio de pistas, traços, gestos e restos de sentido.</p> <p>(C) faz interpretações estáveis de realidades humanas que devem ser percebidas objetivamente, mesmo que sejam interpretações de conceitos ou ponto de vistas nativos.</p> <p>(D) a participação-observante é um instrumento metodológico nem sempre utilizado juntamente com a observação-participante, o que gera um abismo intransponível entre o sujeito que pesquisa e o objeto etnografado.</p> <p>(E) é uma “experiência incontrolável” por técnicas somente qualitativas, o que torna necessário o uso de técnicas quantitativas na etnografia contemporânea.</p>	<p>56. De um lado estão os estudos de “fricção inter-étnica”, as contradições inter-étnicas e o ponto de vista do Estado nacional notoriamente desenvolvidos por Roberto Cardoso de Oliveira e, de outro, o ponto de vista dos povos indígenas estudados por meio do conceito de corpo e pessoa das sociedades indígenas brasileiras por Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro, por exemplo.</p> <p>Este desenvolvimento da “Etnologia brasileira” pode ser melhor caracterizado em relação ao ponto de vista (antropológico) da “fricção inter-étnica” e ao ponto de vista indígena, uma vez que</p> <p>(A) o conceito de fricção interétnica não é adequado sob o ponto de vista dos índios, pois privilegia a compreensão antropológica do Estado nacional.</p> <p>(B) o desenvolvimento da etnologia brasileira tem como marca característica internacional, até hoje, a “teoria da fricção interétnica” de Roberto Cardoso.</p> <p>(C) o ponto de vista dos índios somente pode ser captado quando focaliza o compromisso político do pesquisador nacional com o grupo pesquisado.</p> <p>(D) os dois pontos de vista dependem de uma análise etnológica que não despreze a história do contato e a visão de mundo interna aos próprios indígenas.</p> <p>(E) os pontos de vista indígena e sobre o Estado nacional funcionam como conceitos excludentes, já que a “fricção interétnica” privilegia a ação de integração e assimilação dos índios por parte do Estado.</p>
<p>55. Considere as afirmativas abaixo.</p> <p>I. O antropólogo, de notório saber, formado em instituições públicas ou particulares é, na maioria das vezes, corrompido por interesses de grandes empresas nacionais e multi-nacionais.</p> <p>II. O antropólogo tem fortes vínculos com a comunidade estudada e se apresenta como um nativo das comunidades indígenas, quilombolas ou de outras populações tradicionais.</p> <p>III. O antropólogo é contratado por instituições especializadas em laudos antropológicos que, por sua vez, são contratadas pelos idealizadores e executores de obras que geram impactos ambientais.</p> <p>IV. O trabalho pericial é sempre uma reflexão teórica mais do que uma pesquisa etnográfica.</p> <p>Considerando a possibilidade do laudo antropológico (EIA – Estudo de Impacto Ambiental e RIMA – Relatório de Impacto Ambiental) ser um instrumento de barganha política que beneficie os empreendedores ou não, e de ter seu caráter científico comprometido, assinale as afirmativas INCORRETAS:</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) I e IV, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I,II e IV, apenas.</p>	<p>57. São papéis acumulados pelos antropólogos que elaboram laudos periciais e, ainda mais, por aqueles etnólogos com convivência e pesquisa prolongada com determinados povos indígenas:</p> <p>(A) cientista e trabalhador acadêmico, pesquisador de campo com envolvimento com as populações com as quais trabalha, militante em favor dos direitos e das condições de vida do grupo com os quais convive e assume compromissos políticos, de profissional com competência muito específica e com trabalho pericial regulamentado.</p> <p>(B) cientista e trabalhador de empresas, pesquisador de campo com raros envolvimento com as populações com as quais trabalha, militante em favor dos direitos e das condições de vida do grupo com os quais convive e assume compromissos políticos em conflitos, de profissional com competência muito específica e com trabalho pericial regulamentado.</p> <p>(C) cientista e trabalhador em ONGs e no próprio governo, pesquisador de campo com nenhum envolvimento com as populações com as quais trabalha, militante em favor dos direitos e das condições de vida do grupo com os quais convive de forma esporádica, de profissional com competência muito específica mas com profissão não regulamentada.</p> <p>(D) cientista e trabalhador acadêmico, pesquisador de campo com envolvimento exigido pelas populações com as quais trabalha, militante em favor dos direitos e das condições de vida do grupo com os quais convive e assume compromissos políticos estatais, de profissional com competência muito específica, mas com profissão não regulamentada.</p> <p>(E) assistente científico e trabalhador acadêmico, pesquisador de campo sem envolvimento político exigido pelas populações com as quais trabalha, observador dos direitos e das condições de vida do grupo com o qual convive, mas não assume compromissos políticos, de profissionais com competência muito específica, mas com profissão de sociólogo regulamentada.</p>

<p>58. Considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. A perícia judicial é meio de prova e serve para fornecer elementos técnicos ao juiz para a definição jurídica do que seja terra de ocupação tradicional indígena.</p> <p>II. É preciso procurar trabalhar a perícia antropológica sem paixões, já que a relação sujeito-objeto na pesquisa instrumental interfere no trabalho científico do antropólogo.</p> <p>III. É importante que a perícia reflita, com clareza, a posse de pessoas não índias. Indique, se possível, os títulos de propriedade existentes e o sinais visíveis do tempo dessa posse.</p> <p>IV. A perícia é um trabalho que se confunde com o laudo ou parecer antropológico ou teses ou pesquisas acadêmicas.</p> <p>Em relação à perícia, é correto APENAS o que consta em</p> <p>(A) I e III</p> <p>(B) I e IV</p> <p>(C) I, II e III</p> <p>(D) II e III</p> <p>(E) II e IV</p>	<p>59. <i>A colaboração entre antropólogos e a Procuradoria Geral da República tem sido muito positiva. Estimulou um debate mais direcionado e atual entre os juristas e os antropólogos, deixando para trás as categorias do evolucionismo e os esquematismos do formalismo, instaurando um canal de intercomunicação onde as novas temáticas e os procedimentos mais modernos puderam estabelecer um novo patamar de diálogo, certamente mais profícuo e criativo (...). Juizes, advogados e procuradores têm demonstrado uma nova disposição para ouvir índios arrolados em processos e mesmo ler e pesquisar em trabalhos etnológicos, confiantes assim em estarem contribuindo para uma melhor aplicação das leis e um aperfeiçoamento da ação do judiciário (...).</i></p> <p>(Oliveira Filho, João Pacheco. <i>Os Instrumentos de Bordo: Expectativas e Possibilidade do Trabalho do Antropólogo em Laudos Periciais</i>, In: Silva, Orlando Sampaio (et al.) (orgs.). <i>A Perícia Antropológica em Processos Judiciais</i>. CPI de São Paulo/ABA/Ed. da UFSC, Florianópolis, 1994:115)</p> <p>Os perigos que podem ser encontrados pelo caminho ainda a percorrer na relação entre a Antropologia e a ação do judiciário estão indicados corretamente na alternativa:</p> <p>(A) As respostas dadas por antropólogos em contextos jurídicos dos processos administrativos e legais são absolutamente científicas e, por si só, não garantem que os laudos sejam provas suficientemente indicativas para o trabalho doutrinário dos juizes.</p> <p>(B) Direito e Antropologia têm métodos e corpos doutrinários bem delineados, cristalizados em códigos específicos e saberes específicos, transmitidos, ampliados e corrigidos por canais institucionais bem regulados e pode-se duvidar que só a vontade política faria <i>tabula rasa</i> das disposições e transições anteriormente vigentes.</p> <p>(C) As pesquisas antropológicas instrumentais realizadas em funções dos laudos periciais contêm modelos e paradigmas teóricos da Antropologia que trazem uma linguagem não-jurídica que responde mal aos quesitos colocados pelo poder judiciário.</p> <p>(D) A elaboração de laudos periciais responde a interesses ou questões colocados pela teoria antropológica com atividades de peritagem que são financiadas ou promovidas por iniciativa da comunidade acadêmica e respondem mal a outras instâncias como a esfera do judiciário ou do próprio órgão tutelar.</p> <p>(E) O antropólogo se afasta conceitualmente do solo privilegiado da sua disciplina, quando faz um levantamento etnográfico instrumental para o laudo antropológico, já que a cooperação com o Direito só dá mais objetividade ao antropólogo pesquisador.</p>
	<p>60. No trabalho com o litígio (o contraditório), quando o processo administrativo e legal envolve não somente o direito de “remanescentes de comunidades de quilombos”, mas “povos indígenas” e posseiros numa mesma região a construção do laudo antropológico deve ser pautada</p> <p>(A) pelos direitos originários das populações indígenas.</p> <p>(B) pelos direitos de populações negras descendentes de escravos.</p> <p>(C) pela exploração da terra feita pelos posseiros.</p> <p>(D) pelo uso de recursos naturais, seja pelos índios, negros ou posseiros.</p> <p>(E) pela argumentação científica, baseada em pesquisa antropológica.</p>

ESTUDO DE CASO

Instruções: Para responder às questões de números 61 a 65 considere as informações a seguir:

Hidrovia Araguaia-Tocantins

Abrange os estados de Goiás e Tocantins, regiões do Maranhão, Pará e Mato Grosso, e o Distrito Federal, e possibilitará importantes ligações econômicas entre as regiões brasileiras. Sua área de abrangência contém algumas das principais regiões produtoras de grãos e pecuária (...). É a obra mais importante desse eixo (Araguaia-Tocantins) e tem como objetivo “desenvolver e implementar, com recursos públicos em parceria com a iniciativa privada, um eixo multimodal de transportes entre as regiões Norte e Sul do país, constituindo-se a alternativa logística mais competitiva para exportações através do Atlântico Norte”.

A hidrovia é formada pelo Rio das Mortes, Araguaia e Tocantins. Possui alguns impedimentos ambientais como pedrais e cachoeiras em alguns trechos. Além disso, existe a oposição de grupos indígenas, que temem pela integridade dos rios e da pesca devido à movimentação das barcas. (...)

A hidrovia Araguaia-Tocantins formará um corredor com saída fácil e barata para o Caribe, América do Norte, Europa e Ásia, isso em conjunto com um trecho da ferrovia Norte-Sul entre Imperatriz e Estreito, no Maranhão, segmentos rodoviários da BR-153 e rodovias estaduais. O formato multi-modal (rodovia-ferrovia-hidrovia) pode permitir que os produtos agrícolas produzidos na região passem a ser competitivos em relação aos produzidos no exterior (...).

A hidrovia Araguaia-Tocantins é considerada essencial pelo governo para a consolidação da integração nacional (...).

(Brito, Marky. *Eixos amazônicos de integração e desenvolvimento: obras e empreendimentos*, In: Capobianco, João Paulo R. (et. al.) (orgs.), *Biodiversidade na Amazônia brasileira, Estação Liberdade*. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2001)

61. Na pesquisa etnográfica para a realização de um EIA/RIMA é bem provável que existam desafios metodológicos e técnicos para o antropólogo. Quais ações são IMPROVÁVEIS de ocorrer nesse tipo de trabalho de campo?

- (A) Ausência de registros de dados populacionais de indígenas e de populações ribeirinhas.
- (B) Ausência de zoneamento agro-ecológico dos estados atingidos pela obra hidroviária.
- (C) Protestos e resistências das populações indígenas e ribeirinhas contra o balizamento, sinalização, dragagem e estouro de pedrais dos rios atingidos pelas obras.
- (D) Planejamento dos custos de estudo, implantação e operação da hidrovia por parte dos engenheiros responsáveis pela obra.
- (E) Dificuldades de compreensão por parte das populações indígenas das questões técnicas do projeto de construção da hidrovia.

62. Houve campanhas de fazendeiros e empresários nas diversas regiões de Mato Grosso para a implementação do corredor multi-modal e, principalmente, da hidrovia para o desenvolvimento e integração do centro-oeste brasileiro. Estas campanhas devem ser avaliadas pelo antropólogo que realiza o estudo de impacto ambiental, como

- (A) movimentos desfavoráveis à questão indígena, já que somente se interessam pela exportação da soja e degradação do cerrado.
- (B) dados sociais e políticos que representam uma das partes a ser considerada no empreendimento hidroviário.
- (C) refratárias à conservação do meio ambiente do cerrado, já que não tem o apoio de ONGs que realmente preservam a natureza.
- (D) discursos a serem objeto de críticas dos antropólogos que também têm que ter o papel de indigenistas e não somente cientistas.
- (E) um dos possíveis discursos entre tantos outros que não representam dados científicos na pesquisa.

63. Neste tipo de obra que é a hidrovia, e mesmo em outras que atinjam o meio ambiente e populações indígenas, existe a grande possibilidade de se efetivar um “indigenismo empresarial”, conforme definido por Stephen Baines da Universidade de Brasília. Nesta ótica, este tipo de ação pode ser melhor traduzido pela

- (A) vontade dos próprios índios em se aliarem indistintamente às grandes empresas nacionais e internacionais.
- (B) ausência de políticas públicas permanentes do Estado, o que favorece a assistência das empresas às sociedades indígenas beneficiadas enormemente por seus empreendimentos.
- (C) obra de empresas que atuam e interferem no meio ambiente onde vivem populações indígenas e oferecem uma série de compensações pelos efeitos deletérios de sua ação captadora de recursos naturais.
- (D) elaboração de projetos entre ONGs e sociedades indígenas que procuram se aliar para desfrutar de capitais nacionais e estrangeiros que possam ser investidos em territórios indígenas.
- (E) obra de empresas nacionais que assumem o papel de tutoras das sociedades indígenas na questão ambiental, favorecendo-as sobremaneira em sua sobrevivência econômica e cultural junto à sociedade brasileira.

64. As licenças dadas pelo IBAMA, para a implementação e operação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, INDEPENDEM dos

- (A) efeitos ou impactos da obra e operação sobre o meio biótico.
- (B) efeitos ou impactos da obra e operação sobre os pedrais.
- (C) efeitos ou impactos da obra e operação sobre as populações ribeirinhas que podem se deslocar sem maiores prejuízos para outros rios.
- (D) custos públicos federais para a implementação e operação da obra.
- (E) efeitos ou impactos da implementação e operação da obra sobre a população Yanomami.

65. As medidas preventivas e mitigadoras estão previstas no estudo e devem estar estabelecidas no EIA/RIMA. Porém pode-se questionar se elas realmente podem prevenir e mitigar os efeitos diretos potencialmente danosos da implementação e operação hidroviária, como, por exemplo,
- (A) a poluição dos rios com a diminuição significativa do número de espécies de peixes, de aves e outros animais que freqüentam estes territórios.
 - (B) a substituição de todas as mulheres indígenas de aldeias próximas aos portos da hidrovia.
 - (C) a perda da identidade indígena de um determinado povo.
 - (D) a contaminação dos solos pelo uso excessivo de agrotóxicos que vai aumentar com o plantio da soja estimulado pela hidrovia.
 - (E) a recomposição da mata ciliar que deve ser retirada previamente para o bom funcionamento da operação hidroviária.

Instruções: Para responder às questões de números 66 a 70 considere as informações a seguir

Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica (UHE) Tijuco Alto

Apesar de anos de resistência dos quilombolas, do apelo da comunidade científica, do movimento ambientalista e dos movimentos sociais da região do Vale do Ribeira (SP), o projeto ainda não foi abandonado e o processo de licenciamento continua.

A UHE Tijuco Alto está em processo inicial de licenciamento pelo IBAMA e, até agora, os estudos de impacto ambiental apresentados pela CBA se mostraram insuficientes. Estudos alternativos realizados por especialistas apontam para os grandes perigos envolvidos no projeto e não recomendam a sua execução.

Embora o IBAMA negue, vários cientistas afirmam que, por estarem situadas a jusante da barragem, as comunidades quilombolas serão diretamente afetadas pelo empreendimento, sobretudo devido aos seus efeitos negativos sobre o rio Ribeira do Iguape, do qual dependem para sua sobrevivência. O IBAMA sustenta que as comunidades não sofrerão impactos, porque estão na área de influência indireta da barragem (...)

Os impactos da obra

O rio Ribeira do Iguape é o último rio de médio porte do Estado de São Paulo livre de barragens. O pretendido aproveitamento hidrelétrico do rio implicará a construção de barragens e, conseqüentemente, a inundação de vastas áreas de mata atlântica, a destruição de importante patrimônio espeleológico e a expulsão de centenas de famílias quilombolas de suas terras, cujo direito constitucional de propriedade, depois de longos anos de luta, foi finalmente reconhecido. Dentre esses empreendimentos hidrelétricos está o da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, apresentado pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim (...).

(Trechos da Campanha Contra a Construção de Tijuco Alto – *Águas para a vida, não para a morte!* Fonte: <http://www.socioambiental.org.br>)

66. É notório a existência de conflitos de interesses entre o poder público do estado de São Paulo em sua política ambiental para a preservação ambiental do Vale do Ribeira e as populações regionais (entre elas, as populações quilombolas) que necessitam praticar uma agricultura de subsistência e o aproveitamento de outros recursos naturais para sua sobrevivência física e cultural. A efetivação do licenciamento ambiental de uma usina hidrelétrica em uma região de preservação nos coloca um paradoxo:
- (A) o atendimento ao déficit de energia elétrica no Brasil e a preservação da Mata Atlântica.
 - (B) o atendimento às necessidades de aproveitamento de energia hidrelétrica e o direito à propriedade da terra de populações tradicionais.
 - (C) atendimento ao déficit de energia elétrica no estado de São Paulo e a preservação da Mata Atlântica.
 - (D) aproveitamento de energia hidrelétrica que afeta exclusivamente os territórios quilombolas.
 - (E) atendimento ao déficit de energia elétrica que contraria os interesses da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

67. Campanhas contra a construção de barragens no Vale do Ribeira (SP) devem ser avaliadas pelo perito em Antropologia como
- (A) ações a serem desconsiderados na análise científica dos dados da pesquisa de campo.
 - (B) movimentos orquestrados por ONGs e outros agentes externos à realidade do Vale do Ribeira.
 - (C) totalmente contrárias ao interesse da empresa que contrata o perito e, por isto, não podem ser consideradas.
 - (D) totalmente contrárias aos interesses do poder público estatal que representa a maioria da população do estado de São Paulo.
 - (E) ações de extrema importância na análise científica dos dados da pesquisa de campo.

68. Em relação à construção da UHE Tijuco Alto no rio Ribeira do Iguape, é preciso contabilizar os custos econômicos, sociais e ambientais da implementação e operação da obra. Isto significa dizer que
- (A) os territórios quilombolas não sofrerão impactos ambientais diretos e a obra beneficiará milhões de pessoas, inclusive as comunidades quilombolas.
 - (B) a energia hidrelétrica é limpa e tem um custo social e ambiental baixo, mas um custo econômico alto.
 - (C) os custos devem ser avaliados por peritos em engenharia, economia e meio ambiente e, não por antropólogos que podem dar opiniões muito subjetivas.
 - (D) houve entrechoques entre as várias comunidades quilombolas da região, o que causou transtornos políticos internos às comunidades e um alto custo social.
 - (E) o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental precisam ser multi, inter e transdisciplinares.

69. Durante o trabalho de pesquisa de campo, o antropólogo certamente deve ouvir e registrar os diversos depoimentos relativos ao empreendimento hidrelétrico, pois
- (A) aquelas populações atingidas pela obra são mais frágeis no momento da decisão sobre o licenciamento ambiental e precisam ser protegidas pelo trabalho jurídico.
 - (B) existem depoimentos contrários ou não ao empreendimento e estas pessoas (depoentes) necessitam serem esclarecidas nas audiências públicas.
 - (C) existem saberes e conhecimentos utilizados no aproveitamento de recursos naturais que são realizados de forma predatória.
 - (D) as opiniões dos quilombolas e das populações rurais são fruto de manipulações feitas por ONGs ambientalistas com interesses contrários ao da região.
 - (E) existem opiniões de autoridades e funcionários públicos da região do Ribeira, desconsideradas por pesquisadores que se aliam politicamente aos quilombolas.

70. O estudo de impacto ambiental (EIA) e o relatório de impacto ambiental (RIMA) obrigatoriamente devem diagnosticar a situação sócio-econômica das populações atingidas pelo empreendimento e, ao mesmo tempo, apresentar alternativas ao aproveitamento do potencial hidrelétrico da região.

- I. os quilombolas praticam uma agricultura de subsistência e extrativismo que é incentivados em unidades de conservação da região.
- II. algumas comunidades quilombolas estão envolvidas no aproveitamento de resíduos de bananeiras para a confecção de artesanato.
- III. os quilombolas detêm conhecimentos sobre plantas e animais da região que já são aproveitados em um manejo sustentável do ambiente da região.
- IV. os quilombolas já extraem palmitos das áreas que ocupam, o que prejudica o manejo sustentável.

É correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.